



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VII – GOVERNADOR ANTÔNIO MARIZ
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

SIMONE VIEIRA ALVES

POLÍTICAS DE CONVIVÊNCIA COM A SECA:
UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRONAF NO MUNICÍPIO DE
CATOLÉ DO ROCHA-PB

PATOS-PB

2014

SIMONE VIEIRA ALVES

**POLÍTICAS DE CONVIVÊNCIA COM A SECA:
UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRONAF NO MUNICÍPIO DE
CATOLÉ DO ROCHA-PB**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Administração da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientadora: Msc. Ayalla Cândido Freire

PATOS-PB

2014

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do Trabalho de Conclusão de Curso.

A474p Alves, Simone Vieira.

Políticas de convivência com a seca [manuscrito] : uma análise da implementação do PRONAF no Município de Catolé do Rocha - PB / Simone Vieira Alves. - 2014

24 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação : Profa. Ma. Ayalla Cândido Freire, Coordenação do Curso de Administração - CCEA."

1. Política pública. 2. PRONAF. 3. Desenvolvimento rural.
4. Agricultura familiar.

21. ed. CDD 354.968

SIMONE VIEIRA ALVES

POLÍTICAS DE CONVIVÊNCIA COM A SECA: UMA ANÁLISE DA
IMPLEMENTAÇÃO DO PRONAF NO MUNICÍPIO DE CATOLÉ DO ROCHA – PB

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Programa de Graduação
em Administração da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel
em Administração.

Aprovado em: 26/11/2014

BANCA EXAMINADORA

Ayalla Cândido Freire.
Prof.^a Msc. Ayalla Cândido Freire (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Eunice Ferreira Carvalho
Prof.^a Me. Eunice Ferreira Carvalho
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Francisco Klevenny Soares da Silva :.
Prof. Me. Francisco Klevenny Soares da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

POLÍTICAS DE CONVIVÊNCIA COM A SECA: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRONAF NO MUNICÍPIO DE CATOLÉ DO ROCHA- PB

Simone Vieira Alves¹

RESUMO

A implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) destaca o grande avanço das políticas públicas que estimulam a participação do Estado, em âmbito local e também nacional, no desenvolvimento da agricultura e nas intervenções na realidade rural. O artigo em questão desenvolve uma análise da implementação do PRONAF no município de Catolé do Rocha no semiárido paraibano, com a finalidade de compreender não apenas como se deu o processo de execução do programa, mas também seus benefícios e impactos socioeconômicos para a população contemplada. Quanto à metodologia utilizada, o tipo de pesquisa caracterizou-se como qualitativa descritiva, optando por um estudo de caso, sendo os dados coletados por meio de entrevista semi-estruturada aos atores locais do programa. A análise dos resultados evidencia que na localidade estudada a implementação desse programa não se deu de forma adequada, levando a um mau funcionamento do mesmo, destacando-se a concessão de crédito que não estava aliada às ações que viabilizam a capacidade de geração de renda para os membros das unidades familiares "pronafianas", o que acaba gerando muitos dos desafios enfrentados na realidade do programa. Apesar disso, os resultados conseguidos no município são vistos como satisfatórios para os beneficiados, já que relatam melhoria em alguns aspectos socioeconômicos da região e trouxe benefícios aos agricultores familiares no município.

Palavras-chaves: políticas públicas, PRONAF, desenvolvimento rural, agricultura familiar.

ABSTRACT

The implementation of the National Program for the Strengthening of Family Agriculture (PRONAF) highlights the great advance of public policies that stimulate the participation of the State at local and national level in the development of agriculture and interventions in rural reality. This article analyzes the implementation of PRONAF in the municipality of Catolé do Rocha in the semi-arid region of Paraíba, in order to understand not only how the program was executed, but also its benefits and socioeconomic impacts for the population in question. As for the methodology used, the type of research was characterized as qualitative descriptive, choosing a case study and the data were collected through a semi-structured interview with the local actors of the program. The analysis of the results shows that in the studied locality the implementation of this program did not take place in an adequate way, leading to a malfunction of the same one, standing out the credit concession that was not allied to the actions that make possible the capacity of income generation for the members of the "pronafianas" family units, which end up generating many of the challenges faced in the

¹ Graduanda no curso de Administração pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: simonne_catole@hotmail.com. Trabalho orientado pela docente Msc. Ayalla Cândido Freire.

reality of the program. Despite this, the results obtained in the municipality are seen as satisfactory for the beneficiaries, since they report improvement in some socioeconomic aspects of the region and brought benefits to the familiar farmers in the municipality.

Keywords: public policies, PRONAF, rural development, family farming.

1. Introdução

A seca é um grave problema que afeta a população nordestina, de maneira mais intensa a população semiárida, comprometendo a vida dos animais e da sociedade, prejudicando a economia da região, sendo um evento climático que já faz parte do convívio da população por diversas gerações. Seu processo de desertificação se caracteriza como um tipo de degradação que se processa em regiões de clima semiárido, relacionado às mudanças climáticas e as atividades humanas, dificultando a vida dos agricultores que retiram do campo o sustento de suas famílias e fazendo-os passar por dificuldades.

Devido a isso, surge a necessidade de se criar e programar políticas públicas que possibilitem a convivência dessa população nesse cenário tão desfavorável, direcionando a atenção da sociedade para cobrança dessas ações que viabilizem a permanência do agricultor no campo.

As políticas públicas que procuram beneficiar a área rural tendem a privilegiar os setores do campo que apresentam maior desenvolvimento e modernização. A agricultura brasileira tem sido esquecida principalmente quando se refere à pequena propriedade e a produção familiar, não suprimindo as demandas essenciais à sua sustentabilidade (MATEI 2006). Tendo como finalidade o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo agricultor familiar, de forma a inseri-lo ao agronegócio, promovendo a complementação de renda e agregação de valor à sua produção, foi criado o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) (MDA, 2012).

Segundo França, (2013), no Brasil, a procura por modernização tecnológica teve como objetivo alcançar o desenvolvimento necessário para que o país pudesse se inserir no mercado mundial. Para que isto pudesse ocorrer, seria necessário racionalizar a produção e as metodologias de trabalho, aumentando a produtividade e ampliando as condições de produção. Dessa forma, essas mudanças afetaram o meio rural, pois as empresas e conglomerados passaram a interferir cada vez mais no processo de produção do campo, com as atividades oriundas da pecuária e agroindústria.

Dessa forma, o PRONAF vem sendo apresentado como uma política pública que visa

auxiliar o homem do campo que tem suas ações voltadas para atender suas necessidades por intermédio da concessão de empréstimos para o desenvolvimento do campo e permanência do mesmo na zona rural. De acordo com Guanziroli (2007), embora o montante de crédito oferecido pelo Governo Federal, através do PRONAF, e o número de famílias beneficiadas tenham crescido, não são apontados os resultados que refletem na melhoria de vida dos agricultores familiares.

Sabendo-se que a agricultura familiar ocupa papel de destaque na organização do espaço agrário paraibano, destaca-se a necessidade de um maior suporte na implementação e gestão de políticas de assistência técnica e creditícia, buscando promover uma maior produtividade neste setor, como também maiores investimentos para proporcionar uma melhor qualidade de vida para o agricultor o que acarretara em produtos de qualidade e com melhores preços no mercado.

De acordo com Tinoco (2005) a agricultura familiar é baseada na utilização da mão-de-obra, no tamanho da propriedade, na direção dos trabalhos e na renda gerada pela atividade agrícola. O conceito de Agricultura familiar é amplo e tem várias discussões sobre o que é e quem fazem parte.

Diante do exposto, foi selecionada à cidade de Catolé do Rocha, localizada no semiárido paraibano para ser estudado o seguinte problema de pesquisa: Existe relação entre a implementação da política pública do PRONAF com o desenvolvimento da agricultura local?

Partindo dessa realidade foi realizada uma pesquisa de campo nesse município a fim de compreender a importância da implementação do PRONAF e seus impactos socioeconômicos nas regiões rurais beneficiadas pelo programado município de Catolé do Rocha-PB.

2. O ciclo de políticas públicas

Ao se refletir sobre o termo políticas públicas pode-se compreender como sendo uma área de conhecimento multidisciplinar que promove contribuições tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico das mais variadas ciências, procura-se entender a importância das mudanças em curso na sociedade contemporânea que são influenciadas pelas ações dos governos, dessa forma tenta-se explicar e interpretar as decisões políticas e governamentais sobre as ações que devam ser implementadas (ARRETCHE, 2003).

Segundo Rua (2009), o termo política, refere-se às atividades políticas, ou seja, ao uso de procedimentos diversos que expressam relações de poder e que se destinam a produzir uma

solução pacífica a conflitos relacionados a decisões públicas. Sendo estas decisões sobre a solução de um problema. Enquanto que Souza (2006), afirma que no contexto de políticas públicas há diversos envolvidos, sendo estes chamados de atores sociais. Que são pessoas, grupos ou organizações que participam de algum projeto político, controlando algum recurso relevante, acumulando forças, sendo capazes de produzir fatos capazes de viabilizar seu projeto.

De acordo com Secchi (2010), afirma que para entender o funcionamento de uma política pública, surge a necessidade de se buscar conhecimento das etapas de seu processo de elaboração, execução e avaliação, definindo um processo de análise, originando o ciclo de políticas públicas. Esse ciclo pode-se ser entendido, como sendo uma representação de visualização e interpretação, que organiza as fases de uma política pública de forma sequencial e inter-relacionada.

Seguindo os estágios do ciclo das políticas públicas, a formulação deve ser considerada como um processo de planejamento que passa, inicialmente, por um diagnóstico, que deve identificar as reais necessidades das partes envolvidas e estudar quais são as melhores soluções para sua efetivação (SECCHI, 2013).

Com relação à segunda fase do ciclo, a implementação, pode ser entendida como sendo a fase em que a política pública se materializa, dessa forma, é um processo de execução das políticas o que resultaram na formulação e decisão da aplicabilidade da mesma. Segundo Secchi (2013) a implementação pode ser entendida como sendo um meio de execução, podendo ser considerada como as políticas que mudam e passam por mudanças direcionadas as práticas administrativas colocando-as em ação.

Já quando se refere à última etapa que corresponde à avaliação das políticas públicas, é observado que nessa etapa ocorre a possibilidade para procedimentos como auxiliar no processo de planejamento e formulação de uma medida complementar, acompanhar a implementação, procurando promover mudanças necessárias, atua no processo decisório sobre a manutenção e aperfeiçoamento, interrompendo ou não o processo, entre outros métodos (MATIAS-PEREIRA, 2012).

Dessa forma, o ciclo das políticas públicas constitui uma técnica de análise do processo desde a formulação, implementação e análise da política, sendo essas etapas realizadas sequencialmente. As fases que compõem este processo são: formulação, implementação e avaliação da política (SECCHI, 2010).

2.1 Implementação de políticas públicas

De acordo com Heidemann (2009), a fase de implementação de políticas públicas tem sido entendida como consequência automática das decisões tomadas na etapa de formulação. Entretanto, para este autor, esta deve ser concebida como uma oportunidade para se realizar o esforço de obter cooperação entre as pessoas incumbidas de promover essa implementação, dessa forma o que pressupõe em uma abordagem decisória de natureza participativa e dialógica.

É importante ressaltar, que a fase de implementação ocorra junto com uma avaliação contínua e participativa do processo, de modo que os eventuais desvios possam ir sendo compreendidos e as decisões em relação aos mesmos possam ser tomadas ao longo do processo, e não apenas no final.

Segundo Schneider (2009), esta avaliação, bem como as decisões tomadas, devem levar em conta a informação gerada pela "clientela" da política. Para além de considerar esta "clientela" como fonte passiva de informações, os diferentes atores que compõem esses grupos de interesse devem participar de forma ativa nesses processos de avaliação.

As políticas públicas assim formuladas, em conexão com os anseios de comunidades locais, em comum acordo com elas e com a responsabilidade distribuída de maneira justa em proporção ao acesso à informação e ao poder de cada indivíduo e instituição devem ter melhores resultados do que aquelas formuladas e implantadas unilateralmente (SECCHI, 2013).

Segundo Souza (2007), quando se fala em implementação de políticas públicas, está se falando das outras fases que constituem as políticas públicas, pois a formulação e a avaliação têm recebido maior atenção acadêmica em relação a implementação que apresenta poucos estudos inerentes a essa fase. A literatura que trata da implementação aponta duas perspectivas principais: de cima para baixo e de baixo para cima (Hill; Hupe, 2002). Parte considerável da literatura que retrata o tema mostra as dificuldades de se atingir uma boa implementação ou até mesmo de como conceituar uma boa implementação

Quando se faz qualquer tipo de análise, é preciso expandir conhecimentos através de estudos sobre implementação. Para tanto, pode-se focalizar uma área específica em vez de uma legislação ou uma decisão específica, para evitar visões distorcidas; pode-se também cultivar um reconhecimento e atenção a aspectos históricos, tentando incorporar períodos mais longos de tempo na análise (FOX, 1990).

Dessa forma, é recomendável procurar conhecer e compartilhar, com os diferentes atores, métodos de resolução de conflitos que sejam construtivos, de forma a que estes

conflitos que são inerentes a processos complexos como é a implementação de uma política pública dessa natureza, não promovam desmotivação na participação e o envolvimento de diferentes atores nesse processo.

3. Políticas de Convivência com a seca

As secas podem ocorrer sob a forma de uma drástica diminuição, concentração espacial e temporal da precipitação pluviométrica anual, comprometendo a produção agrícola, pecuária, e ainda as reservas de água da superfície, passando a ficar escassas. Sendo a população rural mais pobre a mais prejudicada com esse fenômeno climático, visto que a mesma não dispõe de recursos para resistir aos seus prejuízos (VILLA, 2000).

Segundo Duque (1973), a seca é um problema que há séculos castiga a zona semiárida do Nordeste, sendo que esse fenômeno geralmente acontece por período de tempo prolongado, assumindo dimensões de calamidade pública pela situação de pobreza em que vive a maior parte da população desta região. Contudo, a situação de precariedade em que se encontra parte da população decorre de fatores que vão além das condições climáticas. Sendo encontrada como melhor resposta para a seca, como sendo um fenômeno climático que afeta profundamente uma região, além de provocar graves danos socioeconômicos.

As políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas da sociedade, sendo a forma encontrada pelo poder público de atuação numa determinada área, podendo ser implementada em curto, médio ou a longo espaço de tempo. E sua construção deve obedecer a um conjunto de critérios, princípios, objetivos, normas e diretrizes bem definidas. Entretanto, numa sociedade de conflitos e interesses de classe, elas são o resultado do jogo de poder determinado por leis, normas, métodos e conteúdo que são produzidos pela interação de agentes de pressão que disputam como Estado para serem considerados como propositores das mesmas. Estes agentes são os políticos, os partidos políticos, os empresários, os sindicatos, as organizações sociais e civis (ARENDRT, 1985 *apud* SOUSA, 1995).

As políticas públicas para a agricultura familiar surgiram no Brasil, com maior força, a partir dos anos 90, tendo como fatores determinantes para o seu surgimento, entre outras coisas, a crescente necessidade de intervenção estatal frente ao aumento na exclusão social e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais. Por muito tempo, as políticas de crédito e os subsídios agrícolas privilegiaram alguns setores, beneficiando os grandes produtores em relação aos pequenos.

Na perspectiva de compreender a evolução da agricultura familiar, percebe-se que, em

sua concepção, esta foi fortemente marcada pelas origens coloniais da sociedade brasileira, com três fortes características: a grande propriedade, as monoculturas de exploração e a escravatura. Pode-se afirmar que a agricultura camponesa nasceu no Brasil de forma bastante precária, principalmente em relação ao uso da terra e das técnicas de produção (LAMARCHE, 1993).

Em relação à agricultura familiar, Fauth (2008) a considera como sendo uma estrutura produtiva agrícola que tem como alicerce a predominância do uso de mão-de-obra familiar para explorar o estabelecimento rural, no qual vive e trabalha, considerando que a maior parte da renda da família provenha das atividades desempenhadas no campo. Gehlen (2001) segue essa mesma linha de estudo, e considera que os agricultores familiares desempenham suas atividades rurais ligadas aos princípios de sustentabilidade.

Sobre a delimitação do universo dos agricultores familiares, percebe-se que tem sido objeto de muita polêmica. Fundamentado nisso, a escolha de um conceito para definir os agricultores familiares, ou de critérios para separar os estabelecimentos familiares dos patronais, tem sido muito difícil, até porque o conceito e os critérios com as informações disponíveis no Censo Agropecuário elaborado pelo IBGE não são elaborados especificamente com essa finalidade. Dessa forma, vale ressaltar que nenhum critério ou metodologia é definitivo (GUANZIROLI, et al., 2001).

Diante do exposto, destaca-se que a agricultura familiar pode ser considerada como aquela em que prevalece o trabalho dos componentes da família nas diversas atividades produtivas na propriedade rural e que não seja maior do que 4 módulos fiscais. Nota-se a importância da agricultura familiar, pois mesmo cultivando uma área menor, ou seja, apenas um quarto do total da área, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar no país, gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros (IBGE, 2009).

Segundo Grisa (2012), afirma que o programa visa especificamente o ajustamento de políticas públicas à realidade dos agricultores familiares, através do financiamento da produção agrícola familiar e de infra-estrutura e serviços, e também a capacitação de técnicos e agricultores para desenvolverem da melhor forma a atividade que promove a permanência do agricultor no campo.

Diante dessa problemática, busca-se a análise entre as ações da política pública do PRONAF e seus benefícios para o desenvolvimento local da agricultura familiar na cidade pesquisada, no tocante a implementação e geração de renda, diminuindo a exclusão social. As

proposições analisadas neste estudo baseiam-se na teoria e tem sua fundamentação em importantes publicações científicas relacionadas à agricultura familiar.

3.1 Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF

O programa PRONAF, atua com a finalidade de viabilizar a produção, a industrialização e a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar. Para isso, são implementadas ações que promovem o acesso ao crédito, às pesquisas, às novas tecnologias e assistência técnica que resultam em melhorias na qualidade de vida do homem do campo.

Por intermédio desse programa, os processos originados com o mesmo passam de amadores para profissionais, obtendo excelentes oportunidades e benefícios, agregando valor aos produtos finais das atividades rurais e à comercialização direta com o consumidor, promovendo um complemento na renda do produtor rural (MDA, 2011).

O Crédito PRONAF desde antes de sua formulação, teve como objetivo procurar contribuir de forma eficiente para o preenchimento das lacunas existentes no país sobre um debate para a superação de entraves do modo de vida do homem do campo na esfera nacional, quanto às políticas públicas.

Segundo Souza (2003), o Brasil apresenta limitaria de estudos que retratem a perspectiva de formulação e implementação de políticas a partir de uma compreensão que apresentasse relação entre aspectos governamentais, administrativos e políticos, superando assim uma visão racional do processo. Passando a analisar tanto os sucessos quanto os fracassos setoriais, essa autora defende a necessidade de estudos que promovam avanços na formulação de políticas públicas no contexto nacional que contemplem a população de acordo com sua realidade no país. Dessa forma, adquirir um maior conhecimento sobre como são formuladas e implementadas as políticas do país seria um passo decisivo para o sucesso das mesmas.

O PRONAF foi criado em 1995, por resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), em substituição ao Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP). Sua regulamentação se deu em 1996, através do Decreto Lei nº. 1946. O mesmo possui como uma das principais atribuições o apoio financeiramente às atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas por produtor rural mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família (BACEN, 2009).

A criação do PRONAF surgiu pelo fato dos agricultores familiares descapitalizados e com baixa produtividade não disporem das condições necessárias para acessar o crédito a taxas vigentes no mercado financeiro. Dessa forma, a atuação do programa se voltaria para a reversão do quadro seletivo e excludente que era predominante, caracterizou a condução da política agrícola implementada no Brasil até a década de 1980 (GUANZIROLI, 2007).

Em teoria, são beneficiados pelo PRONAF os agricultores familiares que exploram parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro, assim como os que residem na propriedade, ou em local próximo, e não dispõem de qualquer título de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor. Além disso, estes precisam obter no mínimo 80% da renda familiar por meio da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento. O trabalho familiar deve ser predominante na exploração do estabelecimento, podendo utilizar apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária (BACEN, 2009).

Os defensores da criação de um programa específico para a agricultura familiar se apoiaram em um estudo realizado pela FAO/INCRA (1994), que revelou as dimensões e a heterogeneidade da agricultura familiar brasileira, destacando a importância deste segmento de uma política pública voltada para o homem do campo na geração de emprego e renda, justificando assim a criação de uma política especial voltada especificamente para esta categoria de produtores (NEVES, 2007).

O PRONAF constitui na primeira política pública voltada exclusivamente para a agricultura familiar, embora também contemple os grandes produtores rurais, sendo a eles destinada a maior parte dos recursos dos financiamentos públicos destinados a agricultura. Os recursos direcionados ao agronegócio sempre foram mais elevados, e a ampliação do crédito rural disponibilizado ao agronegócio foi proporcionalmente superior ao da agricultura familiar.

A configuração da intervenção do Estado na agricultura brasileira revela a correlação de forças existente no campo brasileiro. De um lado os defensores e representantes do Agronegócio de outro os representantes da agricultura familiar, que obtiveram mais benefícios com os programas desenvolvidos no Governo Lula (SABOURIN, 2007).

A partir da compreensão da importância tanto política, quanto social de uma política pública que movimenta a população do campo e recursos, cabe indagar: Como o Crédito ou política do PRONAF entrou na agenda de políticas públicas brasileira? E por fim saber quais as contribuições que podem ser apreendidas a partir da implementação de uma política

pública de forma sustentável com base nas experiências adquiridas com o Crédito PRONAF no município para o desenvolvimento local.

4 Procedimentos Metodológicos

Para tanto, o tipo de pesquisa escolhido para este trabalho, quanto a sua forma de abordagem, é a pesquisa qualitativa, por requerer uma maior proximidade do pesquisador com o campo investigado. Segundo Minayo (2009), a pesquisa qualitativa traz respostas a questões peculiares. Esses conjuntos de fenômenos humanos estão relacionados à realidade social, ou seja, o mundo objetivo tem relação indissociável com a subjetividade do sujeito. E com relação aos objetivos deste estudo, utilizou-se uma pesquisa descritiva, por haver necessidade de descrever características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis (GIL, 2010).

Este artigo foi desenvolvido com a finalidade de compreender a importância da implementação do programa PRONAF e seus impactos socioeconômicos no município de Catolé do Rocha-PB. Este estudo foi caracterizado como uma pesquisa descritiva, na medida em que tem seu objetivo pautado em descrever as características de determinado problema. Quanto ao método optou-se por um estudo de caso, visto que este tipo é o mais utilizado segundo o problema a ser estudado (GIL, 2010).

O instrumento de coleta de dados utilizado para o desenvolvimento do estudo foi a entrevista semi-estruturada (apêndice 1), para que ocorra uma interação entre entrevistador-entrevistado, permitindo que os entrevistados se sintam a vontade para responderem aos questionamentos da forma que os mesmos acharem conveniente sobre a temática estudada.

Quanto à abordagem, esta pesquisa é considerada como de ordem qualitativa (Flick, 2009), no qual os dados da pesquisa serão obtidos a partir de entrevistas junto aos atores locais envolvidos na realidade dessa política pública, que serão constituídos por 1 agricultor familiar beneficiário do PRONAF, 1 representante pertencente à Secretaria de Agricultura do município, como também o representante da EMATER responsável pela assistência e suporte técnico aos agricultores pronafricanos no município.

Foi utilizada uma análise de conteúdo dos dados fornecidos pelas entrevistas coletadas. Que segundo Minayo (2009), a análise de conteúdo é considerada um conjunto de técnicas de análise de comunicações que tem como objetivo de adquirir, indicadores, sejam eles quantitativos ou qualitativos, que sejam capazes de permitir a interpretação de resultados fornecidos pelo entrevistado. Trata-se de uma técnica usada para o tratamento de dados que

busca a identificação daquilo que está sendo mencionado em torno de um tema específico (VERGARA 2008). Para melhor entendimento do conteúdo dessa pesquisa, foram transcritas algumas das falas mais relevantes para o entendimento do objeto de estudo por intermédio das falas dos entrevistados

O município estudado foi o de Catolé do Rocha-PB, que situa-se na região Nordeste, na mesorregião do Sertão, a uma distância de 434 km da capital do estado, João Pessoa - PB. Sua extensão territorial abrange uma área de 552, 112 km² e conta com um número populacional de 28.759 habitantes, com uma pequena diferença nas quantidades entre sexo feminino e masculino, sendo 14.731 mulheres em detrimento do número de homens que somam 14.028, como mostram os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo de 2010.

No que se refere à agropecuária, o município de Catolé do Rocha, utiliza-se como referencia as principais variáveis relacionadas à sua produção, tais como: número de cabeças dos principais rebanhos locais (bovino, caprino, ovino e suíno), produção de leite (em mil litros), total de aves (galinhas, pintos e aves afins), produção das principais lavouras exploradas no estado da Paraíba (IBGE, 2011).

Pode se deduzir pelo observado que a região que compreende Catolé do Rocha não apresenta destaque notável no referente a atividades econômicas no setor primário da economia, todas as atividades agropecuárias analisadas apresentam baixos índices em relação ao Estado (IBGE, 2011).

5.Implementação do PRONAF no Município

Quanto à implementação e gestão dos recursos destinados ao meio rural, o município de Catolé do Rocha conta com uma unidade regional da EMATER-PB, a Secretaria de Agricultura do Município e instituições fomentadoras de acesso ao crédito que são: o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste. A instituição EMATER compete à elaboração dos projetos para serem enviadas as instituições fomentadoras de crédito para ser viabilizados e aprovados, em seguida são encaminhados novamente para a EMATER, que consiste no acompanhamento das práticas desenvolvidas pelos agricultores familiares. Já a Secretaria de Agricultura do município trabalha em paralelo com os demais órgãos, visto que a mesma trabalha com programas complementares ao PRONAF, tais como atuar na coordenação da política agrícola do município, coordenar os programas voltados para a pecuária e garantir a população o acesso a alguns programas em que os recursos são repassados para serem fiscalizados pela

Secretaria de Agricultura, dessa forma promovendo melhorias na geração de renda e consequentemente na qualidade de vida da população.

Em entrevista com o assessor do crédito rural no município, conseguimos informações que reforçam o cumprimento de algumas dessas atribuições. Ele caracteriza os atores responsáveis pela implementação do programa:

O acompanhamento desse programa no município é feito por instituições financeiras a partir dos bancos do Brasil e do Banco do Nordeste. Fica a cargo do pessoal da EMATER elaboraram as propostas e encaminham as instituições financeiras para a contratação, dessa forma a implementação, assessoramento e o acompanhamento fica a cargo do pessoal técnico da EMATER (Acessor do Crédito Rural).

Heidemann (2009), mostra que a fase de implementação de políticas públicas tem sido entendida como consequência automática das decisões tomadas na etapa de formulação, para este autor, esta deve ser considerada uma oportunidade para se realizar o esforço de obter cooperação entre os atores envolvidos nessa implementação, dessa forma o que pressupõe que esta fase apresenta como característica a natureza participativa e dialógica.

Ao entrevistar o agricultor familiar para saber seu ponto de vista sobre a adesão e gestão dessa política pública o mesmo coloca que “Atualmente as dificuldades são poucas para o acesso ao crédito, a dificuldade que observo é a falta de profissionais técnicos para o acompanhamento das nossas atividades o que trariam mais benefícios para a atividade e para o programa”.

Pode se observar que na atualidade há um aumento de informações que chegam aos agricultores rapidamente, fazendo com que os mesmos busquem participar dessa política pública que tanto beneficia a sociedade em geral e faz com que o homem do campo permaneça no campo gerando melhores condições de vida para sua família e trazendo alimentos de qualidade para a mesa dos consumidores. Dessa forma, o trabalho com a implementação dessa política ocorre de forma integrada trazendo benefícios para a população em geral.

A agricultura familiar apresenta destaque, necessitando de um maior suporte na implementação e gestão de políticas de assistência técnica e creditícia, buscando promover uma maior produtividade, como também maiores investimentos para proporcionar uma melhor qualidade de vida para o agricultor o que acarretara em produtos de qualidade e com melhores preços para os consumidores finais.

Quanto à gestão dessa política pública foram elencados alguns pontos falhos que foram apontados por todos os atores locais entrevistados. A secretaria de agricultura do

município coloca como desafios a ser superados o montante de recursos disponibilizados para atender os agricultores que são limitados não atendendo a todos, outro aspecto falho é a falta de profissionais para fazer o acompanhamento de todos. Esses mesmos pontos são colocados pelo agricultor familiar, o acessor rural complementa em sua fala ao relatar.

Atualmente as dificuldades são poucas para o acesso ao crédito, a dificuldade que observo é a falta de profissionais técnicos para o acompanhamento das nossas atividades o que trariam mais benefícios para a atividade e para o programa. As sugestões são que o governo deveria aumentar a quantidade de dinheiro para ser emprestado aos agricultores familiares, contratar mais pessoas para atender mais pessoas e incentivar ainda mais a compra de produtos que tem origem na agricultura familiar (Agricultor Pronafiano).

Falta de abrangência na assistência técnica a todos os agricultores e a falta de fiscalização completa dos investimentos com o dinheiro do crédito. Enquanto que inúmeros são os pontos positivos dessa política pública são promoção da inclusão social, diversificação da produção, aumento na geração de emprego e renda, permite a participação de mulheres, jovens, indígenas e quilombolas que retiram da terra seu sustento (Acessor rural).

Os aspectos colocados pelos atores locais podem ser comprovados por Grisa (2012), ao afirma que o programa visa especificamente o ajustamento de políticas públicas à realidade dos agricultores familiares, através do financiamento da produção agrícola familiar e de infraestrutura e serviços, e também a capacitação de técnicos e agricultores para desenvolverem da melhor forma a atividade que promove a permanência do agricultor no campo. Um problema que é observado no estudo é a falta de profissionais técnicos para suprir a demanda.

O acesso ao crédito na atualidade é considerado de fácil aquisição, houve uma diminuição na burocracia que dificultava essa aquisição. As condições na atualidade são mais bem favorecidas em função das exigências que se tornaram menores para o acesso olhando a condição que é inerente aos agricultores familiares, conforme a Secretaria de Agricultura

Entre os desafios podem ser elencados alternativas para a convivência com adversidade climática, a resistência dos agricultores ao uso de novas e inovadoras tecnologias e a falta de interesse na diversificação de atividades, visto que os mesmos só estão preocupados com atividades que sejam garantias de lucro em curto prazo (Secretaria da Agricultura).

O PRONAF se caracteriza como uma política pública que ao ser bem implementada, pode trazer resultados satisfatórios para os agricultores familiares. Para isso, é importante que haja sempre um monitoramento, avaliação e caso necessário, ajustes na forma de implementação, para que o programa seja capaz de contribuir no desenvolvimento da Agricultura Familiar.

O agricultor familiar entrevistado coloca que passou a confiar mais nas políticas públicas, à medida que passou a ser valorizado com a contemplação de participar desse programa que tanto contribuiu para o desenvolvimento local e para a geração de renda para toda a família. Também foi colocado pela a Secretaria de Agricultura os benefícios para a população ao mostrar que:

O Programa traz muitos benefícios para os agricultores familiares, promovendo o acesso ao crédito rural com condições vantajosas, principalmente para os mesmos, trazendo para os beneficiários, servindo para a diversificação das atividades,garantindo renda para sua família (Secretaria de Agricultura).

Ambos os entrevistados afirmam que trabalham em parceria com outros órgãos tanto no âmbito municipal como estadual e federal dando como exemplo a parceria com diversas entidades dentre elas podem ser listadas a garantia safra a cunho municipal, a CONAB Companhia Nacional de Abastecimento em nível de governo federal, A EMEPA a nível estadual e os agentes financeiros que são os financiadores do programa.

5.1 A comunicação sobre a política pública

Um questionamento bastante relevante foi em relação à comunicação entre os atores que participam desse quadro de política pública e se existe algum tipo de capacitação ou parceria entre organizações para difundir novas tecnologias a fim de diversificar as atividades, tornando as mais competitivas. Foi relatado pelo acessor rural e pela Secretaria de Agricultura que:

São feito reuniões para divulgar o programa e excursões a áreas bem sucedidas para mostrar o sucesso, fazemos também à integração com outras regiões (tanto na área técnica como social). Capacitações são realizadas para os agricultores a custo zero para que eles desenvolvam o lado empreendedor e garantam o sustento de seus lares (Acessor Rural).

Reuniões são realizadas com líderes dos agricultores familiares com a finalidade de informar sobre as ações a nível local e estadual para que os mesmos não sofram com a estiagem, convivendo da melhor forma com esse fenômeno climático que atinge o Nordeste brasileiro, mas especificamente o semiárido (Secretaria de Agricultura).

Com base nas informações colhidas com a pesquisa é possível concluir que existe interação entre os atores locais e a implementação e decisão sobre a política pública do PRONAF, entretanto necessita-se um maior engajamento entre a Secretaria Municipal de Agricultura e a EMATER na realização de encontros mais frequentes que visem estimular a participação dos agricultores nas capacitações, que trarão para os mesmos melhores resultados como também diversificação de atividades

A secretária municipal de agricultura descreveu que os agricultores familiares são convidados para participar das ações que estão sendo planejadas pela secretaria em parceria com as instituições fomentadoras de créditos e ONGs que trabalham com a implementação dessa política no município, “Segundo ela a participação dos agricultores é indispensável, pois através dela eles conseguem interagir com outras realidades e aprendem novas tecnologias”. Ela também esclarece que existem reuniões mensais para construção de prioridades que são apontadas pelos mesmos como importantes para o desenvolvimento de suas atividades.

De acordo com Secchi, (2013), as políticas públicas assim formuladas, em conexão com os anseios de comunidades locais, em comum acordo com elas e com a responsabilidade distribuída de maneira justa em proporção ao acesso à informação e ao poder de cada indivíduo e instituição devem ter melhores resultados do que aquelas formuladas e implantadas de forma única, que são percebidas pela falta de comunicação entre os membros.

5.2 O PRONAF e seus impactos socioeconômicos

Muitos são os benefícios oriundos do crédito do PRONAF para os agricultores que para os atores locais tem mudado a realidade do campo, visto que essa política pública proporciona suporte para que o agricultor familiar possa permanecer no campo retirando dele de forma racional e sustentável os insumos necessários para o mesmo e para sua família. O acessor do crédito rural no município lista como benefícios:

Melhoria nas condições de infra-estrutura produtiva melhorada, seguindo as atividades desenvolvidas na propriedade. (Suprindo as necessidades antes não atendidas por falta de recursos). Permite a inclusão social (mulheres e jovens rurais antes não contemplados, atualmente são os principais beneficiários nos projetos requeridos de acordo com a realidade local). É um programa destinado a toda família permite a fixação do homem no campo (diminuição do êxodo rural). O homem do campo está saindo do campo não mais pela falta de políticas públicas e sim devido o aumento da violência do campo. Ocasinou também a redução das invasões de terras, devido à permanência do homem no campo. Há também o casamento entre o programa e outras políticas públicas complementares se encaixam com o PRONAF, objetivando a inclusão social da família oportunizando a promoção de renda para todos (Acessor Rural).

O agricultor familiar pronafiano tem muitas informações sobre a importância e os benefícios de terem acesso ao crédito disponibilizado pelo PRONAF, dessa forma surgem algumas políticas públicas que trabalham em paralelo com essa política pública quando relata que:

O programa tem ajudado muito a nós agricultores familiares, visto que ele incentiva ao desenvolvimento do campo e gera renda para toda a família, através do

desenvolvimento de várias atividades. O maior benefício que pode ser colocado é ter acesso ao crédito para comprar a vista equipamentos e insumos para a propriedade como também direito a outros benefícios como comprar veículos com redução de impostos o que gera muitos benefícios para o deslocamento e desenvolvimento das atividades (Agricultor Pronafiano).

Segundo o agricultor entrevistado o mesmo afirma que melhorou sua auto-estima, sua família passou a valorizar mais a vida simples existe no campo, começou a perceber que se pode ter uma vida digna e simples, fazendo o que gosta e promovendo melhores condições de vida para os meninos.

Neves, (2007) também revelou as dimensões e a heterogeneidade da agricultura familiar, destacando a importância deste segmento como política pública voltada para o homem do campo que atua na geração de emprego e renda, justificando assim a criação dessa política especial voltada especificamente para esta categoria que são os agricultores familiares

6. Considerações finais

Este artigo procurou compreender a importância da implementação da política pública do PRONAF, no desenvolvimento local da agricultura familiar no município de Catolé do Rocha no semiárido paraibano. Para se chegar aos dados pretendidos, foram realizadas entrevistas com 3 atores locais que são elementos fundamentais para a execução dessa política, aliada a leitura de alguns artigos que retratam análises de leis e decretos que correspondem ao PRONAF, com a finalidade de obter informações sobre a realidade do Programa no município. Com base nessas análises foi possível observar que a atuação do PRONAF no município, tem passado por grandes mudanças que contribuem para melhorar a vida dos agricultores familiares, influenciando no desenvolvimento da agricultura familiar do município, pois como já foi exposto muitos benefícios foram conseguidos para esse segmento da sociedade, necessitando de profissionais especializados para acompanhar e diversificar as atividades do homem do campo, e consequentemente conseguindo o desenvolvimento local de forma mais sustentável possível. Segundo os atores entrevistados, algumas ações podem ser viáveis na busca do desenvolvimento da agricultura familiar.

A implementação, pode ser entendida como sendo uma das fases da política pública em que a mesma se materializa, dessa forma, sendo um processo de execução das políticas o que resultaram na formulação e decisão da aplicabilidade da mesma. O Estado deve procurar atender aos anseios dos agricultores avalie suas políticas públicas, melhorando sua

implementação para fortalecer esse setor em suas necessidades específicas, proporcionando a todos a assistência técnica e acompanhamento das atividades diversificando-as.

Deve questionar se o poder público busca meios que certamente não irão procurar resolver os problemas referentes à implementação da política pública, através da fiscalização e destinação de políticas complementares mais eficazes e que atendam a quem realmente necessita, aperfeiçoando as ações que já tiverem êxito para as condições de áreas específicas com desenvolvimento precário, como no caso do semiárido, utilizando tecnologias capazes de promoção da convivência do homem do campo com a seca; um aspecto deve ser levado em consideração que é o caso da realização de capacitações para a formação de mão de obra qualificada agregando valor ao produto final oriundo da atividade financiada pelo PRONAF.

Estudos futuros devem ser realizados tendo como objeto de estudo a implementação de políticas públicas que ampliem o entendimento dessa fase do ciclo de política voltado para a agricultura local para que outras inferências sejam realizadas sobre o tema estudado, pois essa pesquisa ficou limitada apenas a fase de implementação não levando em consideração a importância das demais fases.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 18(51), fevereiro, 20-109 (2003).

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Manual do crédito Rural. 2009. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2014.

BRASIL. (2009) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 15/10/2014

BRASIL. (2011) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 29/10/2014

DUQUE, J. G. **O Nordeste e as lavouras xerófilas**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1973.

FRANCA, C. Impactos da Globalização no Nordeste do Brasil: O caso da agricultura familiar no Vale do Sub-médio São Francisco, pólo da fruticultura de Juazeiro/Petrolina. Revista Opara: Ciências Contemporâneas Aplicadas, 2013.

FAUTH, E. Agricultura Familiar: evolução favorável em anos recentes. Revista FEE, 2008.

FLICK, U. (2009). Introdução à pesquisa qualitativa (3ª ed.). Porto Alegre: Bookman/Artmed.

GIL, A. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 301-328, 2007.

GUANZIROLI, C. E. et .al. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GRISA, C. (2012). Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das idéias. Tese de doutorado em Ciências Sociais Em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993.

M. D. A. Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2011a). Programa de Aquisição de Alimentos (2011a) Recuperado em 27 setembro, 2014 de <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>

M. D. A. Ministério do Desenvolvimento Agrário (2012). Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. (2012). Recuperado em 28 de setembro, 2014 de <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATTEI, L. **PRONAF 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Série Estudos 12 NEAD. MDA, Brasília, 2006.

MINAYO, M. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

NEVES, D. P. Agricultura Familiar: quantos ancadouros. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. **Geografia Agrária: teoria e poder**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 211- 270., 2007.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo Governo Lula. In: **Sociedade e Estado**, Brasília, vol. 22, nº 3, p. 715-751. Set/dez, 2007.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Florianópolis: Cengage, 2010.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo, Cengage Learning, 119 p. , 2013.

SOUSA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, p. 77-116, 1995.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: Uma revisão da literatura**. In Sociologias, nº16, Porto Alegre, 2006.

TINOCO, S. T. J. **Conceituação de Agricultura Familiar uma revisão bibliográfica**. 2005.

VERGARA S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VILLA, M. A. **Vida e morte no Sertão: história das secas no Nordeste nos Séculos IX e**

XX. 1. ed. São Paulo: Ática, 2000.

FOX, Charles J. Implementation research: why and how to transcend positivist methodologies. In: PALUMBO, Dennis J.; CALISTA, Donald J. (Org.). **Implementation and the policy process: opening up the black box.** Greenwood Press, 1990

HILL, M.; HUPE, P. **Implementing public policy.** London: Sage Publications Ltd., 2002

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Org.). **Políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 65-86, 2007.

SCHNEIDER, A. L. Pesquisa avaliativa e melhoria da decisão política: evolução histórica e guia prático. In: HEIDEMANN, F. G., SALM, J. F. (Orgs). **Políticas públicas e desenvolvimento:** bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília-DF, UNB, 340p, 2009,

HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, F. G., SALM, J. F. (Orgs). **Políticas públicas e desenvolvimento:** bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília-DF, UNB, 340 p., 2009.

ANEXO

Roteiro de entrevista –Agricultor Pronafiano

(Caracterização e Implementação da política)

NOME:

INSTITUIÇÃO:

CARGO/FUNÇÃO:

1. O Sr (a) vive e retira seu sustento dessa propriedade? Essa propriedade é sua ou o Sr (a) é assentado?
2. Quais são as atividades que o Sr desenvolve nessa propriedade? E quantas pessoas constituem a sua família?
3. Os custos de suas atividades (criação de animais e agricultura) são todos custeados com o dinheiro da família ou recebe algum crédito do governo?
4. O Sr (a) tem algum conhecimento sobre suas contribuições para a agricultura familiar?
5. Como o Sr (a) usa o crédito do PRONAF? É para custear as atividades ou utiliza para outros fins?
6. Quais os benefícios observados pelo Sr (a) desse programa para o desenvolvimento de suas atividades?
7. Quais foram as mudanças que o Sr (a) consegue perceber em sua vida com a aquisição desse crédito?
8. Quais as dificuldades que o Sr (a) e sua família percebem sobre o acesso a esse crédito?
9. Quais as sugestões o Sr (a) poderia apontar para melhorar ainda mais esse programa?

Roteiro de entrevista – Secretario de Agricultura do Município

NOME:

INSTITUIÇÃO:

CARGO/FUNÇÃO:

Implementação da política do PRONAF

1. No município de Catolé, existem programas voltados para agricultura familiar? Se tem quais?
2. A administração local faz uso de algum programa de origem municipal, estadual ou federal?
3. Em sua opinião qual a importância do PRONAF para o desenvolvimento da agricultura local?
4. O PRONAF trás benefícios para o município e para os agricultores? Se positivo quais?
5. O PRONAF trouxe fatores positivos para a economia e a sociedade em geral no município?
6. No período da seca, vocês que fazem a Secretaria de Agricultura fazem ações que estimulem os agricultores familiares a manterem suas atividades durante a estiagem?
7. Como a Secretaria de Agricultura estimula a participação dos agricultores?
8. Na opinião da Secretaria de Agricultura, quais as principais dificuldades para alcançar os resultados do programa no município?
9. Como o Sr (a) avalia a implementação do PRONAF na atualidade do município? Que resultados ainda não foram alcançados e por quê?
10. Quais ações podem ser apontadas a fim de estimularem ainda mais o acesso dos agricultores familiares?

Roteiro de entrevista – Responsável pelo PRONAF NA EMATER

NOME:

INSTITUIÇÃO:

CARGO/FUNÇÃO:

1. Qual seu ponto de vista sobre a importância do PRONAF?

2. Como procede ao acompanhamento desse programa no município?
3. Há quanto tempo o Sr trabalha com esse programa?
4. Quais as melhorias para os agricultores podem ser elencadas?
5. O Sr avalia que existem dificuldades em ter acesso ao crédito ou o mesmo é de fácil acesso?
6. No ponto de vista técnico você acredita que esse programa melhorou a vida dos seus beneficiários
7. A procura pelo benefício é intensa ou falta informação aos agricultores?
8. Quais são os pontos falhos e positivos desse programa?
9. Como são realizadas as ações para incentivar o sucesso da atividade?
Vocês que fazem a EMATER trabalham em parceria com algum outro órgão estadual ou municipal? Quais os desafios encontrados?